

João Alves Filho beneficiou a máfia

DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — O governador de Sergipe, João Alves, que prestará depoimento hoje à CPI da máfia do Orçamento, liberou US\$ 3,9 milhões a título de subvenção social para a Bahia, favorecendo cinco entidades e 17 prefeituras, quase todas ligadas ao deputado João Alves (sem partido-BA) e ao ex-líder do PMDB Genebaldo Correia (BA). Os repasses foram efetuados em 1989, quando o atual governador de Sergipe era ministro do Interior. Segundo informações obtidas pela CPI, os repasses foram ilegais, uma vez que a rubrica do Orçamento a que estavam atrelados esses recursos era "auxílio a deficientes físicos". O governador terá que explicar por que efetuou a liberação, beneficiando justamente entidades e prefeituras ligadas a parlamentares envolvidos no esquema do Orçamento.

Os recursos estavam originalmente vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), criado e extinto no Governo Sarney. Com o fim do MDU, o saldo relativo ao auxílio para deficientes físicos foi repassado para o Ministério do Interior, que, na Bahia, destinou praticamente todas as verbas para entidades e prefeituras ligadas a João Alves e Genebaldo. Na Bahia, as únicas entidades ligadas a deficientes beneficiadas naquela época com esses recursos foram a Associação Baiana de Recuperação de Excepcionais, que recebeu US\$ 30 mil, e o Movimento Unido Popular, que recebeu US\$ 52 mil, em três parcerias.

Os valores repassados a essas entidades foram praticamente insignificantes comparados aos que foram transferidos para os municípios de Genebaldo e de João Alves. A Prefeitura de Santo Amaro, por exemplo, recebeu US\$ 850 mil. A subcomissão de subvenções sociais já descobriu que a prefeitura cometeu uma série de irregularidades, desde notas frias a fotos forjadas para tentar provar a execução de obras.

Piripá, Itarantim, Cordeiros, Condeúba, Macrani, Maetinga e



O governador João Alves, de Sergipe: verbas para o outro João Alves, o deputado, e Genebaldo Correia, na Bahia

Serra Dourada receberam juntas US\$ 1,5 milhão — metade de todos os recursos destinados à Bahia. Todos esses municípios eram ligados ao deputado João Alves. Serra Dourada, que obteve US\$ 201 mil do ex-ministro, foi o município em que João Alves foi o mais votado sem jamais ter ido à cidade.

Entre os municípios de João Alves, o que levou maior volume de recursos do Ministério do Interior no saldo do antigo MDU foi Itarantim. A cidade só perde para a Santo Amaro de Genebaldo Correia. Recebeu US\$ 444 mil em 1989. Itarantim, além dos benefícios sociais, também era favorecida com uma série de emendas que o deputado incluía no Orçamento.

Os três governadores citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos irão depôr hoje fora do Congresso. Apesar de aceitarem a convocação, João Alves e Edison Lobão (Maranhão) falarão nas representações dos seus estados em Brasília. Joaquim Roriz (Distrito Federal) vai depor na residência oficial de Águas Claras. A subcomissão de bancos descobriu uma movimentação bancária muito elevada de Roriz.

Novo trem da alegria

ESTÁ o Governo federal — com toda a razão — empenhado em limitar os salários das entidades estatais, em alguns casos realmente incompatíveis com a difícil situação financeira do país. Não faz sentido que o Governo corte despesas e crie novos impostos quando mais de 2.500 funcionários — justamente do Banco Central — estejam ganhando, em média, US\$ 5 mil (mais de CR\$ 1,5 milhão).

PORÉM, esse elevado teto salarial tornou-se irrelevante comparado com os fantásticos vencimentos que passarão a perceber cerca de nove mil funcionários paulistas, em decorrência dos projetos nº 56 e 58, aprova-

dos pela Assembléa Legislativa. Assim, repetem-se em São Paulo os desatinos de Brasília.

EM consequência do generoso reajuste de 220% — com honorários igualados aos dos ministros do STF — desembargadores, conselheiros, procuradores e juízes do estado receberão CR\$ 3,7 milhões (US\$ 11 mil), portanto, mais do que o dobro dos ordenados pagos pelo BC. O pior é que, pela lei de isonomia, esse exorbitante nível salarial — inexistente em qualquer país do Primeiro Mundo — será estendido a milhares de funcionários públicos estaduais, inclusive delegados e oficiais da Polícia Militar.